

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 161/XIII/4.^a SL

Aos trinta dias do mês de janeiro de 2019, pelas 11.30 horas, reuniu na Sala 8 do Palácio de S. Bento a Comissão de Defesa Nacional na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 156, 157, 158, 159 e 160/XIII/4.^a SL;
2. Apreciação e votação do parecer - Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2019 - Relator: Deputado Rui Silva (PSD);
3. Apreciação e votação do parecer - Conta Geral do Estado de 2017 - Relatora: Deputada Maria da Luz Rosinha (PS);
4. Projeto de Resolução n.º 1946/XIII/74.^a PCP - Consagra o dia 31 de janeiro como Dia Nacional do Sargento.
5. "Deliberação da Comissão, nos termos do n.º 2 do artigo 110.º do RAR e do n.º 2 do artigo 24.º do Regulamento da Comissão, na sequência da solicitação do CEMGFA para que a audição tenha carácter reservado e seja realizada à porta fechada.";
6. Apreciação e votação do relatório da Petição n.º 553/XIII/4.^a - Solicitam a reintegração de ex-militares pilotos da Força Aérea Portuguesa nos quadros permanentes - Relator: Deputado João Vasconcelos (BE);
7. Apreciação e votação do relatório da Petição n.º 560/XIII/4.^a - Solicitam igualdade na contagem do tempo de serviço de ex-militares - Relator: Deputado João Rebelo (CDS-PP);
8. Designação de dois representantes da CDN para integrarem a delegação da AR à Conferência Interparlamentar PESC/PCSD;
9. Outros assuntos

Aberta a reunião pelo Presidente da Comissão, Senhor Deputado Marco António Costa (PSD), foram apreciadas as atas n.ºs 156, 157, 158, 159 e 160/XIII/4.^a SL, tendo sido submetidas a votação e aprovadas por unanimidade.

De seguida, o Senhor Deputado Rui Silva (PSD) apresentou o parecer referente ao Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2019, após o que intervieram os Senhores Deputados

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Ascenso Simões (PS), João Vasconcelos (BE); João Rebelo (CDS-PP); Jorge Machado (PCP) e João Soares (PS) se pronunciaram acerca do tema em apreciação, designadamente sobre a situação atual do projeto europeu, a política externa da União Europeia e de segurança e defesa, a “renovação do eixo franco-alemão”, a tentativa de criação do Exército conjunto, as respostas para fazer frente aos novos desafios, o mecanismo europeu de apoio à paz e o reforço dos arsenais bélicos, o ciberterrorismo e o Fundo Europeu de Defesa e o seu efeito para a economia.

Submetido a votação, foi aprovado com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do BE e do PCP.

A apreciação e votação do parecer referente à Conta Geral do Estado de 2017 foi adiada para reunião seguinte a pedido da relatora, Senhora Deputada Maria da Luz Rosinha (PS).

Passou-se então à discussão do Projeto de Resolução n.º 1946/XIII/4.^a – Consagra o dia 31 de janeiro como Dia Nacional do Sargento -, em cumprimento do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República, tendo sido apresentado pelo Senhor Deputado Jorge Machado (PCP), que, recordando a importância determinante que os militares desta classe tiveram na revolta republicana que eclodiu no Porto em 31 de Janeiro no ano de 1891, justificou a iniciativa, não apenas pelo seu simbolismo e pelo papel muito relevante que os sargentos desempenham no funcionamento das Forças Armadas, mas também como uma oportunidade para a reflexão e o debate sobre a dignificação da sua condição.

Intervieram os Senhores Deputados João Rebelo (CDS-PP), que, reconhecendo a importância histórica da classe de sargentos na estrutura e nas missões das Forças Armadas, declarou não concordar com a banalização de Dias Nacionais nem com a diferenciação que o Dia Nacional do Sargento estabeleceria em relação a oficiais e a praças e que, por outro lado, a Associação Nacional do Sargentos já comemora todos os anos o 31 de janeiro como Dia do Sargento, o qual conta sempre com a presença de Deputados tendo sido presidido várias vezes por um Vice-Presidente da Assembleia da República. O Senhor Deputado Pedro Roque (PSD) corroborou as suas palavras e o Senhor Deputado Ascenso Simões (PS) partilhou igualmente esta posição, enquanto o Senhor Deputado João Vasconcelos (BE), realçando o simbolismo da data, considerou que a aprovação do Dia Nacional seria um ato de justiça e de reconhecimento com o qual se honraria a História. Finalmente, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) afirmou que as razões aduzidas no debate são contrariadas pelos contactos que tem tido com as outras classes – cujas estruturas representativas, bem como as estruturas militares, participam nas comemorações do

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

dia 31 de janeiro – através dos quais não tem sentido que possa haver algum melindre com a criação do Dia Nacional do Sargento, que tem subjacente razões históricas, lamentando que os Grupos Parlamentares que têm estado contra mantenham essa posição.

No ponto destinado à discussão acerca da solicitação do CEMGFA para que a audição agendada para o dia 6 de fevereiro sobre a proposta de LPM tivesse carácter reservado e fosse realizada à porta fechada, intervieram os Senhores Deputados Pedro Roque (PSD) - que defendeu que o princípio geral da abertura e transparência admite exceções, nomeadamente quando a entidade a ouvir o solicita com base na reserva do assunto a tratar, como é o caso em apreciação, permitindo o acesso a informação mais qualitativa -; Ascenso Simões (PS) – que reafirmou a sua posição de que as audições devem ser sempre públicas, dando os exemplos a Espanha e do Reino Unido, mas que teria de se submeter à decisão da maioria -; João Rebelo (CDS-PP), que afirmou ser esta uma exceção, nos termos do RAR e do regulamento da Comissão -; João Vasconcelos (BE) - defendendo também a regra da porta aberta, mas admitindo que possam existir exceções -; e Jorge Machado (PCP) - que declarou preferir, neste caso, a qualidade e substância da informação, em detrimento da publicidade se esta comprometer a primeira, e que se assim foi solicitado pelo CEMGFA certamente não pode transmitir as informações que pretende em audição pública.

Verificando-se que a maioria não se opunha à realização da audição à porta fechada, o Presidente da Comissão propôs que se fizesse uma avaliação posterior em reunião de Mesa e Coordenadores no sentido de aperfeiçoar o sistema, tendo sempre em vista a salvaguarda da reserva de informações fundamentais para o Estado.

No ponto seguinte, o Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) apresentou o relatório da Petição n.º 553/XIII/4.^a - Solicitam a reintegração de ex-militares pilotos da Força Aérea Portuguesa nos quadros permanentes.

Intervieram os Senhores Deputados Pedro Roque (PSD), João Rebelo (CDS-PP), Jorge Machado (PCP) e João Vasconcelos (BE) essencialmente para darem o seu acordo ao relatório apresentado. Submetido a votação foi aprovado por unanimidade.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) apresentou então o do relatório da Petição n.º 560/XIII/4.^a - Solicitam igualdade na contagem do tempo de serviço de ex-militares - que defendeu ser fundamental que o tempo de serviço seja contado para os efeitos pretendidos pelos ex-militares que ingressaram na função pública, tal como a lei já prevê, referindo-se também à

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

revisão do programa de incentivos, que estará a ser elaborado pelo Governo, declarando que se este nada fizer a Assembleia tem de tomar a iniciativa.

Submetido a votação foi aprovado por unanimidade.

Nos Outros Assuntos o Presidente da Comissão informou que estava concluída a entrega da documentação solicitada pela Comissão de Inquérito de Tancos; que a Proposta de Lei da LPM já tinha baixado à Comissão para a especialidade; e, finalmente, referiu-se ao falecimento do Comendador João Arruda, presidente da ADFA, considerando que foi uma perda significativa de uma personalidade consensual, que dedicou a vida a servir o país, e que mereceu o respeito unânime. Intervieram de seguida os Senhores Deputados Diogo Leão (PS), Pedro Roque (PSD), Joaquim Raposo (PS), Jorge Machado (PCP) e João Vasconcelos (BE), que se associaram às palavras do Senhor Presidente, expressando o seu pesar e recordando o lutador, o patriota e o defensor de causas que sabia distinguir entre as suas opções políticas e as posições da ADFA, o que o tornou credor do respeito de todos. Os Grupos Parlamentares representados na CDN, sabendo que estava em preparação um voto pelo PAR a ser submetido ao Plenário da AR pretendem subscrevê-lo, prescindindo por isso de apresentar um voto com o mesmo objetivo.

A reunião foi encerrada às 13H05, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 de janeiro de 2019

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(MARCO ANTÓNIO COSTA)

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões
Bruno Vitorino
Diogo Leão
Firmino Pereira
João Rebelo
João Soares
João Vasconcelos
Joaquim Raposo
Jorge Gomes
Jorge Machado
José de Matos Correia
Leonel Costa
Luís Pedro Pimentel
Marco António Costa
Maria Lopes
Miguel Coelho
Miranda Calha
Pedro Roque
Rui Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro
Pedro Filipe Soares
Vitalino Canas